

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS / IPI / FEM A Recolher	17.486,76	92.593,38
IRRF a Recolher	1.470.436,48	1.564.225,51
PIS a Recolher	5.636,45	43.685,25
COFINS a Recolher	26.079,66	208.928,18
IRPJ a Recolher	0,00	0,00
CSLL a Recolher	0,00	9.960,25
INSS a Recolher	14.788,54	16.742,69
PIS COFINS e CS Retidos a Recolher	5.819,10	3.316,57
Tributos Municipais a Recolher	4.919,91	6.865,46
TOTAL	1.545.166,90	1.946.317,29

Compreende as obrigações da EPAMIG com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições vencíveis até o final do exercício seguinte. As contas de Pis a Recolher, Cofins a Recolher e ICMS / IPI/ FEM a recolher foram conciliadas em 2019 e seus respectivos saldos estão compatíveis com as metodologias fiscais e obrigações acessórias.

11. CREDORES POR CONVÊNIOS

Destaca-se em 2019 uma maior e crescente execução de todos os convênios de maneira geral. Destacam-se os abaixo descritos:

	31/12/2019	31/12/2018
Embrapa PAC Obras Infraestrut. 717314/09	a 0,00	1.107.633,11
Incrá 839555/2016	b 950.429,27	1.050.021,82
Embrapa Convênio 732215/2010	c 0,00	2.823.756,99
Embrapa 793702/2013	d 1.142.692,37	1.581.240,59
Embrapa 776811/2012	e 1.592.830,16	1.617.931,33
Outros Convênios	f 2.881.659,28	3.556.724,95
TOTAL	6.567.611,08	11.737.308,79

Os recursos dos convênios tem como objetivo:

- (a) Difundir e fortalecer a infraestrutura dos Convenientes, adequando-a aos novos desafios da pesquisa agropecuária, nos moldes preconizados pelo Programa de Fortalecimento e Crescimento da Pesquisa Agropecuária Nacional (PAC), no âmbito do Programa de Apoio à Ampliação, Revitalização e Modernização da infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias – OEPAS – Finalizado em 30/09/2019;
- (b) Realizar Curso Técnico em Agropecuária Subsequente – Pedagogia da Alternância, para atender jovens e adultos oriundos da Reforma Agrária;
- (c) Execução de ações relativas ao fortalecimento da infraestrutura dos Bancos de Germoplasma da EPAMIG, adequando-os aos novos desafios da pesquisa agropecuária – Finalizado em 30/09/2019;
- (d) Execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária e/ou afins em consonância com o Plano de Ação vinculado ao Projeto catalogado no Sistema Embrapa de Gestão;
- (e) Execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária, visando a recuperação e modernização do Campo Experimental de Sertãozinho, em Patos de Minas, para realização de pesquisas nas áreas de zootecnia, veterinária e de gestão em produção de leite com gado mestiço;
- (f) Diversos objetivos, dentre eles destacam-se os maiores, em termos financeiros a serem executados: Incra 839555/2016 com R\$ 950.429,27; Embrapa 797471/2013 com R\$ 716.881,64, Mapa 858693/2017 com R\$ 425.585,12 e Mapa 858773/2017 com R\$ 414.148,95.

12. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

O parcelamento foi finalizado em 30/09/2019, tendo como fonte de quitação pagamentos mensais e compensações de Perdcomp's homologadas pela Secretaria da Receita Federal, conforme a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
CURTO PRAZO		
SRFB Lei 11941 de 27/05/2009	0,00	60.481,96
	0,00	60.481,96

Detalhamento do Parcelamento

	SRFB - Lei 11.941
Data de concessão	29/06/2011
Quantidade de parcelas na adesão	120
Taxa de juros	TJLP
Período de apuração da dívida	De 01/2008 até 03/2008
Data do último pagamento	Setembro - 2019
Dívida na época da adesão	R\$ 381.320,45
Saldo devedor em 31/12/2019	R\$ 0,00

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Do Saldo de R\$ 1.422.997,28 em 31/12/2019, R\$ 1.055.767,80 refere-se a negociações para pagamento dos processos trabalhistas nº 0001855-17.2010.5.03.0111 e nº 0001856-02.2010.5.03.0111, movidos pelo SINTAPPI, em que a EPAMIG conseguiu realizar um acordo de quitação dos mesmos em 10 (dez) parcelas mensais com início em janeiro de 2020. Como o valor de R\$ 1.055.767,90 já estava registrado no passivo em Provisão para Contingências, foi efetuada a reversão da provisão e constituído o passivo de Parcelamento de Ações Judiciais. Também no propósito institucional de reduzir o passivo com processo trabalhista, no exercício foi pago, em sua totalidade, o processo trabalhista nº 0010004-07.2016.503.0106 movido pelo SENGE no valor de R\$ 1.784.859,70.

	31/12/2019	31/12/2018
PARCELAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS		
Proc. 1855/2010 SINTAPPI - MG	475.873,69	0,00
Proc. 2201/2011 SINTAPPI - MG	579.894,11	0,00
TOTAL	1.055.767,80	0,00

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos de natureza cível e trabalhista em que a EPAMIG figura como Ré, são avaliados pela área jurídica e classificados, de acordo com o grau de risco de perda para a empresa, como perda remota, possível e provável, conforme NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Resolução CFC 1.180 de 2009. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perdas Prováveis – Provisionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Contingências Cíveis	2.574.596,31	1.900.982,98
Contingências Trabalhistas	10.298.621,96	11.971.516,32
TOTAL	12.873.218,27	13.872.499,30

Perdas Possíveis – Não Provisionadas

Em 31/12/2019, seis processos judiciais trabalhistas estimados em R\$ 572.374,18 e dois processos judiciais cíveis estimados em R\$ 1.580.573,06 foram avaliados com o grau de risco de perda possível.

15. OUTRAS PROVISÕES - CERES

A EPAMIG, de acordo com as suas políticas de benefícios a empregados, é uma das patrocinadoras da CERES - Fundação de Seguridade Social, que concede suplementações de aposentadoria em relação aos da Previdência Social.

Em 2019 a EPAMIG na qualidade de Patrocinadora, após receber os relatórios e parecer da Empresa Vesting, devidamente assinados pelos Atuários responsáveis, atualizou em seu Passivo o valor da obrigação que possui junto a Ceres relativa ao Plano Saldado da Previdência Complementar, nos termos do Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, assinado em 07/2007, mediante aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, conforme OF CCGPGF 025/2007 de 02 de abril de 2007.

Os registros são realizados em conformidade com o parecer da Empresa Vesting que tem por objetivo apresentar as considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Básico, Plano Epamig-FlexCeres e do Plano Epamig Saldado, todos administrados pela CERES – Fundação de Seguridade Social. A avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

	31/12/2019	31/12/2018
Ceres Parcelamento Plano Básico - CP	1.225.291,68	1.151.237,88
Ceres Parcelamento Plano Básico - LP	5.105.381,99	5.948.062,37
TOTAL	6.330.673,67	7.099.300,25

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPAMIG, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 31.600.000,00 dividido em 20 milhões de quotas integralizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, empresa pública estadual, com sede em Belo Horizonte, conforme demonstrado a seguir:

	QUANTIDADE	VR NOMINAL	TOTAL	%
Governo do Estado de Minas Gerais	19.998.000	1,58	31.596.840,00	99,99%
Emater-MG	2.000	1,58	3.160,00	0,01%
TOTAL	20.000.000		31.600.000,00	100,00%

17. RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros está composta pelos valores decorrentes de doações feitas pelo Poder Público para investimentos. Em consonância com o Art. 30 da Lei 12.973/2014, as doações feitas pelo Poder Público, reconhecidas no resultado com observância das normas contábeis, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que registradas em reserva lucros a que se refere ao Art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, assim descrito:

	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de Lucros	12.027.937,44	11.271.015,28

Enquanto a EPAMIG registrava prejuízos em períodos anteriores, não era possível reconhecer a transferência de saldo de doações do Poder Público para a constituição de Reserva de Lucros, conforme disposto no Art. 30 da Lei 12.973/2014, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Devido a apuração de lucro contábil no exercício de 2019, a parcela decorrente de doações do Poder Público recebidas no exercício de 2017 no valor de R\$ 579.337,92, e no exercício de 2018 no valor de R\$ 117.748,87 foram constituídas como Reserva de Lucros assim demonstrado:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Receita de Doações do Poder Público	277.578,06	117.748,87	579.337,92

Do total de doações do Poder Público recebidas em 2019 de R\$ 277.578,06, somente parte dela, no valor de R\$ 59.835,37 também foram constituídas como reservas de lucros e totalizaram o valor de R\$ 756.922,16, em observância ao limite do Lucro apurado no Exercício de 2019, assim demonstrado:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Total
Constituições de Reservas de Lucros	59.835,37	117.748,87	579.337,92	756.922,16

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Destaca-se em 2019 a Receita de Prestação de serviços com a realização em Juiz de Fora / MG, dos eventos que englobam 44º EXPOMAQ e EXPOLAC, o 44º Concurso Nacional de Produtos Lácteos e o 32º Congresso Nacional de laticínios, em conjunto com cursos e palestras ofertados. A periodicidade de ocorrência desses eventos realizados em 2019 é a cada dois anos. Por outro lado, observa-se leve queda da receita com Venda de produtos, reflexo da baixa do preço da saca de café. Em contrapartida, observa-se leve alta na arrecadação de Venda de Animais, reflexo da alta do preço no mercado interno.

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com Venda de Produtos	4.715.099,68	5.220.397,58
Receita com Venda de Animais	1.660.732,86	1.399.438,60
Receita com Venda de Serviços	4.291.771,87	2.006.053,10
	10.667.604,41	8.625.889,28

DEDUÇÕES DA RECEITA

Devoluções, Cancelamentos e Descontos	-54.686,09	-128.175,81
ICMS, IPI, FEM	-94.587,01	-134.852,91
ISSQN	-43.496,99	-39.154,93
PIS	-128.944,77	-84.438,44
COFINS	-593.920,26	-388.845,38
	-915.635,12	-775.467,47

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	9.751.969,29	7.850.421,81
--	---------------------	---------------------

19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Registra-se as baixas de estoques referentes, especificamente às vendas de produtos, resultado das pesquisas e dos experimentos da empresa. Os custos acompanharam o esforço para geração de receitas e estão assim descritos:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos Produtos Agropecuários	3.577.020,67	3.747.079,69
Custo das Revistas de Publicações	38.223,59	64.592,64
Custo dos Animais Vendidos	1.528.100,48	1.183.869,94
Custo dos Produtos Industrializados	490.000,96	530.201,93
Perdas de Produtos	303.091,55	553.675,62
TOTAL	5.936.437,25	6.079.419,82

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registram-se neste grupo de despesas os gastos gerais pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa. São constituídos de várias atividades gerais que geram benefício para realização do objeto social da Empresa.

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com Pessoal	92.447.339,81	88.989.060,97
Material de Consumo	4.747.732,08	4.122.578,87
Serviços de Terceiros	4.616.032,23	3.954.966,12
Despesas Gerais	7.541.537,23	6.449.800,96
Depreciações e Amortizações	1.153.112,56	1.271.006,04
TOTAL	110.505.753,91	104.787.412,96

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Compõe este grupo as receitas recebidas pela EPAMIG para subsidiar as atividades da empresa, receitas recebidas por meio de repasse do Governo de Minas Gerais para custeio de folha de pagamento. No decorrer do exercício de 2019 foram recebidos recursos para fazer face aos pagamentos de negociações de processos trabalhistas. Também compõem o saldo desta conta os recursos recebidos de emendas

